



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES

ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às oito horas e trinta minutos, na sala 114 do Conselho Nacional de Educação – CNE, teve início a octagésima quinta Reunião Ordinária da CONAES, com a presença dos membros da CONAES: **Conselheiro Sérgio Roberto Kieling Franco** (Presidente); **Conselheiro Guilherme Marback Neto** (Notório Saber); **Conselheiro Marcelo Knobel** (Notório Saber); **Conselheiro Maria Clara Kaschny Schneider** (Notório Saber); **Conselheiro Robert Evan Verhine** (Notório Saber), **Conselheiro Luiz Cláudio Costa** (INEP/MEC); **Conselheiro Reginaldo Alberto Meloni** (Representante do Corpo Docente); e, ainda, com a presença dos convidados: **Senhora Andréa Andrade** (SETEC/MEC); **Senhor Antonio Simões Silva** (SESu - Coordenador da Diretoria de Desenvolvimento de Redes das IFES's); **Senhora Cláudia Maffini Griboski** (Diretora de Avaliação de Educação Superior); **Senhor João Carlos Teatini** (DED/CAPES). O Presidente da CONAES, Sr. Sergio Franco, iniciou os trabalhos e esclareceu as ausências justificadas do Conselheiro Sandro de Oliveira Pimentel (Representante do Corpo Técnico Administrativo) e do Conselheiro André Vitral (Representante do Corpo Discente). Em seguida, o Presidente deu início aos **informes gerais**. Solicitou que o Sr. Reginaldo Meloni fizesse o relato da reunião em que esteve presente na ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia), em seguida ao Sr. Robert Verhine sobre a ABMES e à Sra. Claudia Griboski a respeito do INEP. O Sr. Reginaldo Alberto Meloni fez um breve relato informando que o evento teve participação de cerca de 100 pessoas e foi transmitido online. Informou que enquanto representante da CONAES participou de uma mesa junto com o representante do INEP. Ressaltou alguns pontos discutidos, tais como: a) o peso excessivo do questionário que os estudantes respondem na avaliação, devido ao pouco compromisso que os mesmos têm ao preenchê-lo; b) a questão do boicote ao exame que parece ter apoio da Associação dos Estudantes de Psicologia; c) e os que faltam por não terem motivação para fazer o exame. Comunicou que o representante da ABEP argumentou que o processo tem mudado pouco e fez críticas a ausência do processo de avaliação in loco. O Sr. Sérgio Franco lembrou que, desde 2006, ouve-se esse discurso de que a avaliação está desviando-se do caminho original. O mesmo pontuou que é preciso insistência da CONAES em mostrar o zelo por tornar o sistema operacional, sem abrir mão dos princípios. Pontuou que se avançou bastante e que o andamento do SINAES tem mais ganhos do que perdas. O Sr. Robert Evan Verhine pontuou que o encontro da ABMES foi muito interessante. Informou que a grande crítica feita é que a CONAES deve ficar atenta ao tratar da relação entre a avaliação e a regulação. Enfatizou que houve crítica não à avaliação, mas sim, à forma como vem sendo utilizada pela regulação. Citou, como exemplo, o caso do uso do CPC e do IGC para fins de regulação. Informou que sua fala de abertura foi sobre a avaliação no contexto internacional. Pontuou que, em função do que viu na ABMES, seria importante fazer oficinas com um número reduzido de pessoas, para as quais deveriam ser convidadas pessoas que dominam o assunto, fazendo análises para produzir publicações. O Sr. Robert Verhine disse que irá consultar a ABMES sobre a possibilidade de passar os artigos produzidos para os membros da CONAES. O Sr. Luiz Cláudio Costa fez

comentário referente à denúncia sobre a instituição UNIP que estaria fraudando o ENADE, retendo os estudantes mais fracos para que eles não fizessem o ENADE. Explicou que essa denúncia já havia ocorrido anteriormente, quando o mesmo tinha o cargo de Secretário de Educação Superior do MEC. Na época, a denúncia não foi divulgada na imprensa, porém, as análises foram feitas com toda seriedade, a instituição foi ouvida e se manifestou. Explicou que a atual denúncia apareceu muito forte, sendo endereçada, oficialmente, ao mesmo tempo ao INEP e ao Ministro Luiz Mercadante. Pontuou que a questão que precisava ser resolvida e isto gerou a publicação da portaria do Ministro Luiz Mercadante para as áreas de Ciências Sociais e Tecnologia. Informou que reuniu as equipes técnicas e ouviu-as. A partir disto optou-se pela participação dos concluintes ou formandos, daqueles que vão até julho de 2013, ou seja, aumentou-se o tempo da avaliação. Com isso resolveu-se a questão, momentaneamente, tratando-se da regulação e não da avaliação. Pontuou que a avaliação estaria refletindo mais profundamente nas instituições privadas do que nas instituições públicas, sendo isto um pesar para a inteligência avaliativa, pois as públicas não estariam mostrando sua competência. Concordou com a ideia do Sr. Robert Verhine da realização de oficinas e disse que a inteligência avaliativa precisa ser aproveitada. Informou que, objetivamente, a portaria que o Ministro assinou teve repercussão muito positiva e que a questão foi resolvida sem ferir em nada a legislação. Informou, ainda, outra alegação, esta da ABMES, que, segundo ele, não tem fundamentação. Trata dos cursos tecnológicos em função dos alunos que serão avaliados no seu último ano. Relatou que estão sendo avaliados, aproximadamente, 1.100 cursos, dos quais, entre 200 a 500 são cursos tecnológicos. Explicou que ao se avaliar no penúltimo semestre de um curso que seja de 2 anos, o aluno está sendo avaliado com um ano e meio de curso, ou seja, está se formando. Esclareceu que estão sendo avaliados estudantes dos cursos tecnológicos que colaram grau em julho/2011. Já para aqueles que entraram em julho de 2011 e irão colar grau em julho de 2013, é preciso que se pense a ideia de se criar alguns indicadores que captam a qualidade da excelência. Explicou que ficou preocupado quando houve a denuncia da instituição UNIP, pois, começou-se a ver uma movimentação em torno da desqualificação do indicador e da avaliação. Deixou claro sua posição por preservar, antes de tudo, o CPC como indicador. Esclareceu que o CPC não é um conceito, nem preliminar, e que sim, é um indicador, mas entende que há uma série de questões sob as quais valeria a pena se fazer uma reflexão mais profunda. Argumentou que o SINAES tem outras etapas e que isso só vai ser resolvido, de fato, quando o ENADE for aplicado no primeiro semestre. Disse que é uma saída, e que o ideal seria que ele fosse anual. Reforçou que há verdadeiramente uma linha tênue entre regulação e avaliação. Agradeceu a todos o convite para estar nesta reunião e considerou que esse momento de discussão fortalece a reflexão. Em seguida, o Sr. Sérgio Franco passou a palavra para o Sr. Marcelo Knobel, o qual opinou que a ideia de ampliação é boa e que o assunto foi bastante discutido na última reunião, mas mencionou que um número maior de pessoas implicaria numa logística mais difícil. Fez dois comentários, o primeiro sobre ser informado do que vai ser publicado da CONAES, para conhecimento. O outro que considerou importante e entendeu as dificuldades do próprio INEP, no tocante a se lidar com todas as questões que aparecem. Considerou ruim que toda ação seja pautada por denúncia quando se sabe que há uma série de problemas. Argumentou que a questão mencionada do conceito preliminar de curso (CPC) tem muita inércia para ser mudada e afirmou que a CONAES poderia ser um pouco mais ágil para mudar essas questões já conhecidas. O Sr. Luiz Cláudio argumentou dois pontos importantes sobre os comentários do Sr. Marcelo Knobel: o primeiro é que se faz realmente necessário o trabalho conjunto CONAES/INEP e pontuou que o Sr. Sérgio, enquanto Presidente da CONAES, vem colaborando desde o início com o INEP. O Sr. Luiz Claudio continuou, considerando, que a agilidade da CONAES é muito importante, pois a Comissão precisaria estar a frente do processo e ser criativa. Lembrou que quanto ao CPC, por exemplo, está-se correndo risco e que ele precisaria ser alterado. A Sra.

Claudia Griboski interferiu considerando importante a fala do Sr. Marcelo Knobel. Explicou a necessidade de haver uma comunicação direta com a CONAES, a qual sempre tenta fazer, mas que atualmente sente certa dificuldade. Informou que a proposta primeira é que a CONAES esteja junto em todas essas discussões. Esclareceu que houve uma discussão após a publicação da portaria e que nessa reunião o objetivo era pensar quais indicadores o INEP poderia produzir, além da discussão específica do CPC que vai ter que ser feita obrigatoriamente. Informou que a discussão da proposta foi feita na CTAA, que tem especialistas que fazem a revisão dos instrumentos. E, ainda, há quatro grupos de discussão. Um deles está analisando o questionário do ENADE justamente com a proposição de questões que podem servir de insumos do CPC e até mesmo de outros indicadores, fazendo assim a compatibilização dos dados que se tem do Censo. Informou, ainda, que o Censo também está sendo aprimorado a partir dessa necessidade para que outros dados possam ser utilizados na composição do CPC, que venham tanto do questionário quanto do Censo. O Sr. Robert Verhine interferiu lembrando que existem índices anteriores e que um profissional do INEP deveria fazer um levantamento de todos os cursos existentes, sejam os que têm autorização, sejam os que são reconhecidos. Observou que há itens nos questionário de alunos sobre infraestrutura que poderão contribuir para melhor captar este aspecto. A Sra. Claudia Griboski pontuou que tem um grupo específico do INEP que está utilizando dados da avaliação *in loco*. Pontuou, então, que existem os dados do questionário, os dados do Censo, o indicador da política de acompanhamento de egressos resultante da avaliação *in loco* e as informações resultantes dos relatórios de autoavaliação. Sobre o acompanhamento dos egressos, relatou que entre as expectativas do mercado surgiu uma sugestão muito interessante sobre o como esses estudantes estão ingressando no mercado de trabalho. Enfatizou que isso pode ser feito a partir do CPF do estudante no Censo. Explicou que de agora em diante poderá ser feito o cruzamento com base da receita federal pelo próprio SIAPE do governo federal. Informou que estes dados podem indicar a empregabilidade do estudante a depender do curso que está fazendo. Informou, ainda, que, também, no grupo que trata da avaliação *in loco* há o uso dos resultados na gestão acadêmica dos cursos. Então, outra proposta seria identificar, a partir da avaliação *in loco*, em que esse resultado serviu na gestão acadêmica dos cursos. Sendo assim, um grupo discutiria a política de egresso fazendo análise do relatório de autoavaliação e pensando, também, numa pesquisa que o Sr. Robert Verhine sugeriu em outra reunião, a de analisar políticas internacionais, indicadores já existentes, utilizados pelo OCDE e também por outros organismos internacionais. Tal análise poderia servir para gerar maior reflexão sobre a indicação dos avaliadores. Um outro grupo do INEP trabalharia algumas taxas, como evasão e transferências, que são dados que o INEP tem do Censo, mas que não há reflexão sobre eles. Outras taxas relevantes são a taxa de atração por candidato vaga e a taxa de recursos investidos na extensão. Pontuou que cada um dos quatro grupos já encaminhou algumas sugestões que estão sendo digitalizadas para serem enviadas a todos os grupos e que na próxima reunião, agendada para o dia 10/04, os temas poderão ser aprofundados. O Sr. Robert Verhine sugeriu a elaboração de uma lista referente a cada grupo constando os nomes das pessoas e seus endereços eletrônicos a fim de que todos possam se comunicar. A Sra. Claudia Griboski informou que irá passar o resumo dos grupos já com os endereços eletrônicos e, também, a base que o INEP encaminhará para cada grupo. Alegou que a proposta era muito interessante, pois, a partir dela criam-se grupos de discussão, o que vai ao encontro do que o Sr. Marcelo Knobel falou sobre a necessidade de ser proativa em relação a algumas questões que começam a surgir. Ressaltou, ainda, que a proposta pode revelar novos caminhos para a avaliação, inclusive a criação de outros indicadores. Afirmou que não há como fazer um trabalho grande como esse sem a participação de grupos de especialistas e sugeriu que ao final, com os resultados, faça-se um seminário da CONAES. Comentou que sente, nos eventos, que há a falta de informação de como as avaliações estão acontecendo e que há, ainda, o desconhecimento de

como o SINAES está se apresentando, o que justificariam as resistências. O Sr. Guilherme Marback Neto explicou o que foi dito pela Sra. Claudia Griboski sobre os cursos tecnológicos, de acordo com o levantamento realizado, uma das maiores preocupações do setor privado. Além disso, disse que a portaria do Ministro Luiz Mercadante foi muito reativa, como se ao invés de punir uma única instituição, punisse todas em função deste erro. O Sr. Sergio Franco interferiu dizendo que há que ser considerado o aumento do número de alunos que passarão a realizar o ENADE e que entendia esta decisão como benefício para todos. Complementou dizendo que qualquer curso pode ter uma turma fraca, em determinado momento, e que esta pode ser a turma do ano do ENADE e, assim, devem ser analisadas duas turmas. O Sr. Guilherme Marback opinou sobre a necessidade de trabalhar a separação da avaliação da regulação. Explicou que a avaliação é positiva e que os alunos estão participando, mas todos estão sendo punidos pelo fato de alguns não terem feito a prova. Afirmou que a conscientização dos alunos é algo que também deve ser trabalhado, e que nesse caso, inclusive, as IES particulares trabalham bastante neste sentido. A outra questão destacada pelo Sr. Guilherme Marback é que na avaliação de cursos de graduação deve-se considerar o que já existe na CAPES, referente ao nível da pós-graduação. Isso porque a CAPES é um modelo para todos os países, em tudo que se fala sobre educação superior na América Latina. Todavia, o que se tem de pensar é o que representa a graduação, hoje, no Brasil. Não se pode analisar graduação do mesmo jeito da pós-graduação. Argumentou, também, que se deve levar em consideração as diferenças entre bacharelados, licenciaturas e cursos tecnológicos, além das modalidades presencial e a distância. Pontuou que outra questão relevante é que se precisa elaborar um planejamento para a CONAES. Disse que se tem feito seminários na Comissão, mas alertou que é preciso ter resultados que dependem de um planejamento objetivo. O Sr. Luiz Cláudio opinou que na reunião do dia 10/04 a CONAES poderá definir temas, datas e grupos. Rapidamente abordou uma questão que considera ser essencial: a medição da graduação, pois a matriz do ensino superior brasileiro é a única no mundo. Afirmou que não existe nenhuma matriz no mundo do ensino superior com as mesmas características que a brasileira. Por exemplo, falou sobre os tipos de vagas, as características da educação a distância, das faculdades, dos cursos tecnológicos e das universidades. Disse que há aspectos que precisam ser definidos porque hoje os instrumentos que medem as universidades são os mesmos que medem as faculdades. Argumentou que, de fato, o que avalia uma educação superior são duas questões: o que os estudantes ganham no período que fizeram seu curso (isso se mede um pouco com o ENADE) e a outra é o conhecimento específico que o aluno adquire na disciplina. O Sr. Guilherme Marback Neto ressaltou que é imprescindível que estas ponderações sejam contempladas em um planejamento de ações da CONAES, a fim de que se rompa toda inércia da metodologia de avaliação da Educação Superior. O Sr. Sérgio Franco agradeceu a presença do Sr. João Carlos Teatini e passou ao principal ponto de pauta desta reunião, **sobre educação a distância na UAB**, esclarecendo que o debate do que será apresentado é urgente para se compreender o processo de avaliação nesta modalidade. O Sr. João Carlos Teatini iniciou agradecendo e dizendo que faria uma ampla abordagem sobre o Sistema UAB da CAPES e argumentou há um choque de gestão no sistema da UAB, pela própria forma como ele foi implantado, pela rapidez, pela grande expansão, pelo grande número de recursos que foram destinados e aplicados, inclusive de órgãos diferentes, a saber: primeiramente, pelo FNDE, depois pela SEED diretamente através do orçamento da Universidade e, ainda, pela CAPES. Mencionou um volume de recursos da ordem de dois bilhões e meio de reais a ser utilizado para a capacitação de professores de universidades, a constituição de núcleos ou centros de educação a distância nas universidades, a locação nos polos de laboratório de informática e de laboratórios didáticos, e também para as universidades na forma de bolsas e de custeio para implantação dos cursos. Por outro lado, pontuou que não havia, ainda, uma adaptação correta ao modelo CAPES. Esclareceu o que é o modelo CAPES dizendo que este é baseado em três pilares fundamentais:

indução, fomento e avaliação. Informou que esse terceiro componente, a avaliação do sistema, está deixando a desejar, pois, ainda, não está na forma que se quer, porque agora os primeiros alunos estão concluindo os cursos de graduação no sistema UAB. Continuou dizendo que desde o início do sistema, o crescimento se deu muito forte na SEED. O sistema da UAB foi institucionalizado com o Decreto N°5.800 de junho de 2006, com o objetivo primeiro da formação inicial continuada de professores, para depois ampliar o acesso para a educação superior pública de uma forma geral e institucional na modalidade de educação a distância utilizando-se as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Citou os 05 (cinco) eixos que apresentou ao então Ministro Haddad para consolidação do sistema. Primeiro, alinhar as diretrizes de programas de cursos ao modelo CAPES de indução, fomento e avaliação, considerando tanto na execução de aplicação de recursos quanto ao regimento das instituições. Quem trabalha com a educação a distância nas universidades públicas sabe que houve muita determinação de cima para baixo, sem levar em consideração a prática ou a documentação legal das IES. Segundo, estimular o compartilhamento de tecnologias e a integração das duas modalidades, presencial e a distância, pois os nomes das duas diretorias trazem equívocos, já que criaram uma de educação a distância e outra diretoria de educação básica presencial que, na realidade, representam duas modalidades distintas. Isso inclusive é uma fonte para estimular ou não combater adequadamente o preconceito com a modalidade de EAD nas instituições. O terceiro eixo tratou de instituir um padrão CAPES para os pólos de apoio presencial, contando com material didático. A avaliação dos pólos que vinha sendo conduzida pela SEED era bastante precária, inclusive em termos dos próprios formulários de avaliação, que foram demasiadamente extensos e que, conseqüentemente, foram reduzidos de 36 para 3 páginas. Outro eixo focalizou a desvinculação da mescla da avaliação de pólos de instituições privadas da dos pólos das universidades públicas e de outra mescla envolvendo o sistema municipal. Trata-se de uma adequação jurídica legal, visto que, por exemplo, o Decreto 5622 que regulamenta a EAD no Brasil fala que os pólos são das instituições, enquanto, segundo o decreto 5800, que instituiu o sistema da UAB, os pólos são municipais ou estaduais. Nesse sentido, afirmou que se está dando formato único para a avaliação dos pólos com, inclusive, a constituição de um grupo de trabalho para análise do material didático, principalmente online, hospedado no sistema existente chamado o sistema SISUAB. Relatou que com esse sistema está sendo realizada uma avaliação de todo material hospedado com vistas a estimular e garantir o padrão de qualidade. Pontuou sobre a integração da formação docente e as diretrizes dos fóruns estaduais permanentes de apoio a esta. Esses fóruns foram criados pelo Decreto 6755 e no caso da formação presencial do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), fez-se uma integração muito forte com os fóruns. Essa integração não se deu nos cursos a distância, de forma que, às vezes, havia instituições oferecendo cursos que não tinham procura, enquanto cursos com elevada procura não eram ofertados. Tanto que hoje o PARFOR presencial tem cerca de 60 mil alunos. O PARFOR oferece formação inicial, principalmente para professores em exercício que não têm formação adequada. Sendo o PARFOR um programa emergencial, afirmou que há cerca de 60 mil professores em serviço, e que na formação a distância há menos de 10 mil professores, o que é uma situação absolutamente incoerente. O quinto ponto é relativo à política de comunicação e divulgação referente à EAD, tanto da EAD no âmbito público quanto no privado. Nas instituições públicas, o primeiro curso de educação a distância de graduação do Brasil foi iniciado em 1994, na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Foi um curso de pedagogia extremamente bem sucedido feito pela universidade federal em conjunto com a Universidade Estadual do Mato Grosso. Quem coordenou o curso, na época, foi o Professor Paulo Speller, que era Diretor da Faculdade de Educação da UFMT. Há ainda o projeto Veredas, também em pedagogia, situado em Minas Gerais, um projeto de excelentes resultados na década de 1990 e início da década de 2000, e, também, o CEDERJ, no âmbito da UNIREDE e das universidades públicas, com diversas

experiências pontuais muito bem sucedidas, mas não bem divulgadas. Alegou que o sistema trabalha com as instituições públicas de educação superior e com o uso das tecnologias de formação e educação e com todas as ferramentas atuais. Os pólos de apoio presencial constituem um amplo contexto onde alunos e professores interagem, através de um sistema de comunicação que tem por objetivo constituir comunidades de aprendizagem. O sistema já tem mais de uma instituição, porque o número de instituições públicas que se vinculam vem sendo cada vez maior por conta do PARFOR, onde estão sendo estimuladas as licenciaturas para professores em serviço, com condição inclusive para novas ofertas. Disse que existem 48 IES federais, 28 estaduais, 15 institutos federais e 639 pólos ativos de apoio com alunos. Explicou que um decreto foi publicado em 2010 pela SEED alegando serem 767 pólos, mas desses existem alguns que sequer tem endereço. Então, há pólos que não foram criados e que apareceram através dos fóruns, mas não foram endossados por nenhuma instituição. Afirmou que a estrutura mínima do pólo é composta por biblioteca, sala de tutoria, laboratório de informática, internet e laboratório didático, e que boa parte desta estrutura foi fornecida pelo FNDE, sendo que, em alguns casos, as universidades receberam recursos para construção e aparelhamento de instalações físicas. Em vários casos os recursos foram bem aplicados e os municípios sequer tomaram noção disso. Entretanto, através do PAR (Plano de Ações Articuladas), eles poderão receber recursos para aparelhar os pólos, porém a grande maioria desconhecia essa possibilidade. Afirmou que o sistema está com cerca de 210 mil alunos e que a projeção é chegar a 600 mil alunos em 2014. A Sra. Cláudia Griboski interrompeu perguntando se há visitas, também, as universidades estaduais. O Sr. João Carlos Teatini respondeu que sim, visitam todas, inclusive as estaduais. E continuou explicando que essa projeção era do Ministro Fernando Haddad, de 600 mil alunos e de se alcançar 1000 pólos ativos até 2014, sendo que há hoje 639 pólos ativos. Parecia uma meta difícil de ser alcançada, mas não é bem assim porque há muita estrutura estadual que não é aproveitada. Citou, por exemplo, um acordo com o governo de Minas Gerais, através da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Educação, de aproximadamente um pólo para cada 5 municípios do Brasil. Confirmou que, teoricamente, qualquer município tendo em torno de 50 mil habitantes seria candidato a ter um pólo. Nesse sentido Minas Gerais, por exemplo, tem em torno de 65 pólos da UAB. Em Minas há 80 CVTs (Centros Vocacionais Tecnológicos) que são centros virtuais de formação, bem aparelhados pelo governo do Estado para poder também trabalhar com educação a distância. Disse haver negociação com a Secretaria de Educação e a de Ciência e Tecnologia de Minas para poder fazer esse casamento, o que resultará em um aumento de mais 50 pólos. Minas Gerais tem 853 municípios e se pensar-se em 20%, poderá ter 160 pólos. Às vezes as pessoas falam que há pólos demais, mas se considerar-se o número de municípios, percebe-se que não é tanto assim. Citou alguns outros exemplos de pólos, como no Acre onde todos os pólos são estaduais e têm prédio padrão que foi construído pelo governo estadual. Interessante, também, é a presença da instituição pública no caso de Luiz Gomes (MG), uma cidade de apenas 30 mil habitantes na qual já se realizou o segundo encontro da iniciação científica do curso de tecnologia em gestão ambiental. Acrescentou que o Profº Dilvo Ristoff, que foi do INEP, publicou dois artigos em periódicos com resultados excelentes de alunos da UAB. Retomou a questão mencionada anteriormente, sobre o número de cursos, e afirmou que hoje há 101 instituições integrantes, mas nem todas com cursos são ativos, porque é feito primeiro um programa de capacitação para cada instituição. É um programa financiado pela CAPES para a instituição ficar estimulada a oferecer seus cursos. Nos 659 cursos em andamento, 766 pólos de apoio presencial foram publicados, mas há apenas 639 ativos; dos 207 mil alunos ativos há 54.200 mil professores da educação básica em formação inicial continuada e 39.500 em curso do programa nacional de administração pública. Esse programa foi uma demanda geral da Esplanada, canalizada através de sua secretária executiva. São 4 cursos: um curso de graduação de administração pública e 3 cursos de especialização, sendo um deles

em gestão escolar e outro em gestão de saúde. O foco agora é o crescimento nas licenciaturas, sem obviamente prejudicar os demais cursos. Por exemplo, não estão mais sendo aceitos cursos de extensão, porque as instituições podem oferecê-los de forma presencial ou a distância, sem que isso se dê pelo sistema da UAB. A mesma coisa com cursos sequenciais, que são muito poucos, porque é bastante complexo o gerenciamento destes. Há cursos com um problema sério, pois a lei que permite que se paguem bolsas aos professores, tutores, coordenadores, etc. é uma lei do FNDE, número 11.473 que, no caso, o MEC aproveitou para fazer o pagamento e só permite formação de professores. Houve uma abertura no caso da secretária executiva em contato a CONJUR do MEC, junto com o TCU, para poder fazer uma abertura para o PNAP, um programa de administração pública. No primeiro semestre de 2012 deve-se aumentar 40.000 mil vagas. Continuou afirmando que no caso do bacharelado, por exemplo, tem-se 21.000 alunos e a grande maioria é do PNAP. E, também, a maioria dos cursos de especialização e aperfeiçoamento é de formação continuada, inclusive pelas secretarias do MEC. A Sra. Claudia Griboski argumentou que a grande maioria ficou na graduação, com as licenciaturas. O Sr. João Carlos comentou que a perspectiva de crescimento é todo em licenciatura, que tem 24.000 alunos. Disse que foi formada uma equipe diferente, por exemplo, do banco de consultores que a SEED tinha. Criou-se de emergência um banco de consultores com professores que poderiam ajudar nesse período. Foi um grupo de cerca de 60 consultores que foram treinados para avaliar os polos e na semana passada houve um encontro com pessoas do Brasil inteiro. Foi extremamente gratificante até para melhorar o instrumento de avaliação. Cadastrar a infraestrutura por consultores da CAPES é interessante, porque não basta dizer qual equipamento se tem, mas como, e se, está funcionando. Em termos de laboratório, por exemplo, não basta ter um laboratório de química se não tiver um laboratorista. Isso normalmente é um problema, já que deve haver validação acadêmica por parte das instituições, porque a intenção não é dizer se aquele laboratório é inadequado ou adaptado a um curso A, B ou C de uma instituição e, sim, será esta instituição que dirá o que está faltando, o que precisa e como garantirá sustentabilidade. Está-se exigindo, inclusive, que os municípios e os Estados assinem termos de compromisso e, mais ainda, se está exigindo no caso de municípios que aprovem uma lei na câmara de vereadores para garantir a manutenção dos pólos. Sr. João Carlos Teatini passou a relatar os resultados destas ações em prol do Sistema UAB na CAPES e falou sobre visitas realizadas, de setembro de 2011 a fevereiro de 2012, a 57 IES. Isso porque o sistema UAB ainda está sendo transformando em um sistema de gestão; as próprias instituições não sabiam trabalhar com ele. Estão sendo cobradas na tutoria algumas exigências básicas. Em primeiro lugar, por determinação do TCU, o tutor tem que ser servidor público, municipal, federal e estadual porque tem havido um grande número de ações na justiça contra as universidades. Isso porque um tutor, por exemplo, que é contratado após o edital, entra na justiça pedindo incorporação. Indicou que são dezenas de ações, inclusive do ponto de vista da formação dos instrutores. Dos recursos executados em 2011 executou-se 96% do orçamento. Agora, há um problema sério porque eles alocaram, para 2012, exatamente o que estava disponível (371 milhões) em 2011, apesar do crescimento do sistema, com vários editais, com 40 mil alunos a mais e com outros programas. Daqueles 370 milhões, 261 milhões são para o pagamento de bolsas. Uma das questões em análise é a necessidade de reduzir o número de bolsas. O percentual de alunos com bolsa, por exemplo, é muito alta. Então, ter-se-á que reduzir o número de bolsas ou as instituições federais terão que incorporá-las em seu orçamento. A meta para 2012 é da integração de todas as IES federais e estaduais no programa UAB. Já estão a maior parte das universidades estaduais e das federais juntas, mas faltam ainda institutos federais. O novo marketing institucional é reformular o decreto. No segundo semestre de 2012 serão lançadas novas vagas no PARFOR e no PENAP – Programa Nacional de Formação em Administração Pública. Também pretende-se concluir o monitoramento de pólos e se consolidar a plataforma SisUAB. Ainda referente à busca de

melhores resultados, pontuou que há algumas iniciativas já desenvolvidas ou em desenvolvimento. Por exemplo, o CNE deu uma grande força aprovando a alteração na resolução nº 01 de 2009 que dizia que a segunda licenciatura só podia ser presencial. Além disso, o edital do PAPEAD (Programa de Apoio a Pesquisa em EAD) será retomado. Este programa já existia na CAPES até 2006 na forma de prêmios e bolsas para pesquisa em EAD. Foi extinto por motivo desconhecido. Outra iniciativa trata do fomento da aprendizagem virtual de alcance nacional, acoplando-se também com o portal do professor do MEC. Também importante é o Incentivo ao compartilhamento de tecnologia das modalidades presencial e a distância, como proposta no chamado Edital 15 que está sendo bem recebido nas IES do sistema. Destaca-se também a licitação nacional pelo FNDE para fornecimento de internet banda larga aos pólos. Hoje há municípios, por exemplo, que estão pagando quantias enormes em relação ao orçamento do município para prover banda larga. É claro que se o FNDE entrar custeando este ponto, os valores cairão muito. Outra iniciativa ressaltada refere-se à licitação nacional pelo FNDE para a construção de pólos de apoio presencial proposta pela secretária executiva, pois através do FNDE serão construídas escolas, principalmente dentro do programa PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo. Serão escolas pré-moldadas com projetos que possam ser replicados e construídos a curto prazo. Dos 640 pólos, talvez uns 200 possam ser construídos, até para aliviar a carga das secretarias municipais e estaduais. O Sr. Marcelo Knobel perguntou sobre os dados de evasão. O Sr. João Carlos Teatini explicou que a primeira preocupação foi essa e que, para sua grata surpresa, os dados sobre a evasão são bastante compatíveis com os das presenciais. Há cerca de 20 mil concluintes até hoje no sistema e a grande maioria é de aperfeiçoamento e especialização e, somando aqueles que se matricularam e não concluíram, e assim não estão hoje no sistema, a evasão bruta é em torno de 20%. Analisando essa evasão por cada tipo de curso, vê-se que a grande maioria da evasão é referente aos cursos de formação continuada. Isto por que a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão ofereceu em 2010/2011 um número enorme de cursos (cerca de 200). Outro ponto a considerar é que a diretoria da CAPES vinha financiando com base nas vagas ofertadas e não nas matrículas. Então, diversas instituições receberam mais recursos do que o proporcional ao que tinham de alunos. Por exemplo, se tivesse vaga para 500 alunos e somente 50 fossem matriculados, a IES continuava recebendo por 500, porém, isso já foi corrigido. Então, há pólos não aptos com grande evasão. Nestes, não é permitido mais oferta de cursos com grande evasão. O Sr. João Carlos Teatini reforçou que a evasão média é de 20% e apontou com satisfação o fato de que a menor evasão é exatamente nos cursos de graduação e nos cursos de licenciatura seqüenciais. O Sr. Marcelo Knobel comentou que a evasão traz a questão de como é a evolução do curso para esses estudantes. Talvez eles façam poucas disciplinas, não evadem, mas fazendo poucas disciplinas acabam terminando o curso em 10 anos. O Sr. Sergio Franco interferiu respondendo que quase não há essa disponibilidade, porque os cursos não são cursos de oferta permanente, então se o aluno evade, ele fica fora do curso. O Sr. João Carlos Teatini explicou que para ter uma reoferta do mesmo curso (o que não era uma prática comum) as IES teriam que apresentar qual a proposta de recuperação dos alunos que seriam reprovados. Enfatizou que isto deveria constar do projeto pedagógico da instituição. O Sr. Marcelo Knobel perguntou se um aluno poderia se matricular em vários cursos e o Sr. João Carlos respondeu que não e que, obrigatoriamente, ele tem que estar associado a um curso e a um pólo. Disse, ainda, que caso de um aluno de Pedagogia da UNB do pólo de Formosa peça transferência para outro pólo, isso tem que passar por um processo de autorização. O Sr. Marcelo Knobel continuou questionando para saber se o sistema checa caso o aluno tente se matricular em outro pólo. O Sr. João Carlos respondeu que sim, que o sistema checa. Esse sistema, o SisUAB, era bastante frágil nesse ponto e, por causa disso, aqueles 140 mil alunos passaram a ser 210 mil. Atualmente checa-se inclusive por CPF, utilizando a própria plataforma do SIMEC – Sistema Integrado de

Monitoramento, Execução e Controle do MEC. Então cada aluno tem que ter seu CPF. Assim, se o mesmo aluno aparecer matriculado em mais de um curso, será detectado. Por exemplo, não é razoável que um professor em serviço seja matriculado em um curso de tecnólogo, porque um curso de tecnólogo de informática tem uma procura enorme. Seria mais apropriado que o professor em serviço faça uma formação continuada ou uma segunda licenciatura em sua área. O Sr. Sergio Franco opinou que o ponto central do modelo CAPES, indução, fomento e avaliação, é que está trabalhando dentro do Sistema Nacional de Educação Superior, como é visto na CAPES, com a idéia de que esses cursos passem por uma avaliação do sistema nacional. O Sr. João Carlos respondeu que eles estão sendo aprovados e que os alunos das instituições particulares estão fazendo o ENADE de forma regular. O Sr. Sergio Franco continuou interpelando sobre como se dará, posteriormente, esta integração para que se evite uma duplicação de esforços. E o Sr. João Carlos respondeu dizendo que a avaliação da UAB não é um tipo de avaliação como a pensada no SINAES. Quando se fala da avaliação através da UNESCO, utilizam-se os contratos. Por exemplo, contratou-se recentemente um grupo de 10 consultores, coordenados pela professora Bernadete Gatti, para se fazer uma avaliação do ponto de vista conceitual do PARFOR dos cursos de licenciatura da UAB. Analisou-se, por exemplo, o material didático do ponto de vista de sua adequação à educação a distância. Então o foco é do ponto de vista conceitual, não do conteúdo de cada curso. Sendo assim, o Sr. João Carlos concordou que não se pode replicar o modelo da CAPES no caso da graduação que aferir pontuação, até porque tem a atuação do INEP. O Sr. Robert Verhine explicou que iria fazer a mesma pergunta do Sr. Sérgio Franco e opinou que a CAPES precisaria repensar e avaliar as suas políticas, pois isso é fundamental para se pensar a relação entre o SINAES e as avaliações que são feitas no contexto da CAPES. O Sr. João Carlos explicou que no caso da CAPES, quando se fala em avaliação de pólos, avalia-se em termos de infraestrutura e em termos de condições de oferta do curso, sendo isso dito pela instituição que é formadora. Logo, não seria necessário que o pólo fosse avaliado pela CAPES, pelo INEP e pela SERES. Como órgão do mesmo ministério, se o instrumento tiver que ser melhorado, isto será feito, todavia não há necessidade de duplicar ações. O Sr. Reginaldo Meloni argumentou que gostaria de ter mais esclarecimentos, porque ficou surpreso com a informação de que 14% dos pólos já foram visitados, ou seja, um total de 414 pólos. Continuou afirmando que não os via como aptos, porque durante sua militância no sindicato eram feitas muitas denúncias da existência de vários pólos em condições muito ruins. Expressou surpresa pelo resultado extremamente positivo identificado pela CAPES de aprovação de 86% dos pólos. O Sr. João Carlos Teatini interrompeu explicando que a intenção da CAPES é publicar em junho toda lista dos pólos aptos relativos a instituições públicas estaduais e federais. O Sr. Guilherme Marback Neto comentou que embora o Sr. João Carlos Teatini tenha apresentado como a UAB vem sendo operacionalizada, observou em sua fala que a avaliação está sendo muito vinculada à avaliação do ENADE. A preocupação no âmbito da CONAES tem sido com o sistema de avaliação ao qual pertencem instituições públicas e particulares que têm EAD. Então, lançou mão de alguns questionamentos: Como fica a avaliação da UAB em relação à que se faz em outras IES? A avaliação de reconhecimento desses cursos é uma base que hoje o MEC teria? Como fazer, inclusive por conta de que muitas instituições estão paradas e não expandem? A idéia seria unificar o sistema como um todo? Todos os cursos e IES teriam o mesmo tipo de avaliação, tanto o pólo da pública, quanto o pólo da particular? Os critérios deveriam ser os mesmos ou UAB teria uma situação diferente? O Sr. João Carlos respondeu concordando que essa é uma discussão urgente e que já havia pedido que fosse feita uma proposta para ser apresentada ao INEP contendo quais seriam as particularidades a serem avaliadas nos cursos a distância. O Sr. Guilherme Marback argumentou que esses critérios deveriam ser iguais, para a UAB e para todas as instituições públicas e particulares, sendo todas avaliadas da mesma forma para fins de regulação. Complementou dizendo da importância da presença da CAPES, que tem participado

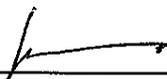
/p
w/d

das reuniões da CONAES. Indicou que a participação de Sr. João Carlos em reuniões da CONAES seria bem interessante, porque a avaliação da Pós-Graduação feita pela CAPES não entra na CONAES, porém a UAB entra. O Sr. Sérgio Franco reiterou que convites formais continuam sendo feitos às pessoas que não precisam ser membros definitivos da CONAES, para que possam participar das discussões. A Sra. Claudia Griboski ressaltou que como o diretor da CAPES estava pessoalmente na reunião seria importante termos um movimento para integração e conciliação destas idéias. O Sr. João Carlos Teatini se dispôs, inclusive, indicando que para as próximas reuniões da CONAES iria agendar a participação da Prof^a Alvana Maria Bof, coordenadora geral de articulação acadêmica e do Prof^o Jean Marc, coordenador geral de pólos. A Sra. Claudia Griboski pediu a palavra para fazer um esclarecimento com relação ao banco de avaliadores que a CONAES tem acompanhado e, também, em relação às mudanças nos instrumentos que ocorreram em 2010 e 2011, mais efetivamente em 2011. Afirmou que a partir das alterações feitas no âmbito do INEP já não cabe mais o discurso de que os avaliadores não têm competência para EAD. Informou que atualmente para que o avaliador, do banco de avaliadores do INEP, seja designado para fazer uma avaliação de curso EAD, ele tem que ter experiência em EAD e ser capacitado para a educação a distância. Além do que, lembrou da revisão dos instrumentos de avaliação que foi feita pelo INEP, por uma comissão de especialistas, e pela CONAES, passando por amplas discussões e por audiências públicas. Indicou que o instrumento atual contempla indicadores específicos de EAD, indicadores que são fundamentais na verificação das 3 dimensões: da infraestrutura, do corpo docente e da localização de atividades pedagógicas que, hoje, segundo o relato do Sr. João Carlos, é informação dada pela instituição. Então, destacou a importância da incorporação desses cursos no processo de avaliação do SINAES, que contemple a graduação como um todo. Colocou-se à disposição do Sr. João Carlos Teatini para participar de fórum, para apresentar os instrumentos e o formato do banco de avaliadores, e reforçou que já se avançou bastante em relação ao avaliador da EAD ser uma pessoa que tenha conhecimento dessa prática para poder ser avaliador dos cursos. O Sr. João Carlos Teatini reconheceu que o depoimento da Sra. Claudia Griboski era importante e que já havia ouvido tais comentários. Observou que qualquer curso para ser submetido à CAPES na modalidade a distância tem que ter o projeto político pedagógico a ser avaliado. Encerrou sua fala dispondo-se a participar novamente das reuniões da CONAES. O Sr. Robert Verhine concluiu, fechando este ponto de pauta referente à UAB, observando que a CAPES deve buscar a integração da avaliação dos cursos da UAB com a avaliação realizada no âmbito do SINAES, pois quando se está falando sobre a avaliação com implicações de regulação e reconhecimento, há dois pontos importantes a serem considerados. Primeiro, as avaliações do SINAES enfatizam uniformidade, consistência e comparabilidade. Não é justo alguns cursos avaliados de uma forma e outros cursos de outra forma, pois precisa existir uma consistência na política para licenciaturas e para educação a distância em geral. E, a segunda questão que sempre se defendeu na CONAES é a da independência de processos avaliativos. Quer dizer, quando se promove certo programa há uma tendência de avaliar o referido programa positivamente. Levantou que diante dessa questão, de uma independência da avaliação e de alguma conformidade e comparabilidade dessas avaliações, não vê com bons olhos a CAPES avaliando os cursos da UAB independentemente dos processos avaliativos do SINAES. Disse que a seu ver o SINAES deveria manter seu papel com respeito da avaliação de cursos de graduação e a CAPES, como uma entidade que promove uma política, não deveria fazer suas próprias avaliações, de forma completamente diferente do que se faz no SINAES. O Sr. Sergio Franco frisou que o importante é ficar claro que o objetivo das avaliações da CAPES e do SINAES não são os mesmos, e que isso gera confusão. O presidente Sr. Sergio Franco deu prosseguimento à reunião explicando que a Sra. Andréa Andrade trouxera uma proposta, na linha do que havia sido discutido. A Sra. Andréa Andrade iniciou, então, inicialmente apresentando as desculpas pela ausência do Secretário

Massonetto que gostaria de pessoalmente apresentar a proposta, em sequencia, passou a relatar a proposta de sistemática alternativa para avaliação e regulação dos cursos em EAD. A Sra. Andréa destacou que a proposta traz alguns avanços em resposta aos anseios de metaavaliação e traduz alguns consensos de discussões anteriores da CONAES, dentre eles: o fortalecimento das visitas institucionais, o estabelecimento de condições de admissibilidade, a necessidade de um cadastro de polos. Adicionalmente, a Sra. Andréa passou a detalhar a proposta, que em síntese, pode ser traduzida da seguinte forma: para determinados cursos (relação de denominações especificada numa lista), em seus processos de reconhecimento, cada curso seria visitado na sede da IES e os polos seriam visitados em visitas institucionais. Os cursos EAD se dividiriam em dois grupos, um grupo que permaneceria na sistemática anterior, e outro que entraria na sistemática apresentada. Como condições de admissibilidade da IES para a oferta de EAD, citou-se o credenciamento da IES, IGC satisfatório, índices de cursos satisfatórios, conforme apresentação ppt, a ser disponibilizada na página da CONAES. O tema foi bastante discutido, o prof. Sergio Franco apresentou importantes considerações, a Sra. Cláudia, acrescentou também outras questões relativas à operacionalização das visitas e outros pontos importantes. Ao final, a plenária manifestou a aprovação e concordância com a tese apresentada pela SERES, comprometendo-se a SERES apresentar em reunião posterior o detalhamento final da norma. **No turno vespertino**, o Presidente, Sr. Sérgio Franco começou a reunião informando que na reunião do dia dezessete provavelmente ter-se-á a presença do Ilmo. Ministro da Educação. Informou que na pauta há inúmeras questões que podem ser discutidas ao longo do ano, nas próximas reuniões. Frisou que alguns informes são pontuais e que outros vão exigir uma discussão um pouco maior, como, por exemplo, trabalho a ser desenvolvido no Cabo Verde. Sugeriu que a CONAES faça uma espécie de cronograma com definição de trabalhos, estudos e metas, buscando a garantia da qualidade e da funcionalidade da CONAES. Recomendou a elaboração de um plano de ação da CONAES para 2012 que preveja, por exemplo, a atualização das informações no site da CONAES, como no caso das Atas, que estão em atraso e que precisam ser redigidas. O Sr. Guilherme listou os itens a serem incorporados e ficou de redigir a minuta do Plano de Ação da CONAES – 2012. A Sra. Claudia Griboski falou sobre a atualização e publicação do livro do SINAES, sugerindo que alguém que tenha participado da história o escrevesse, pois a versão existente não contempla os indicadores e as políticas recentemente adotadas. O Sr. Guilherme Marback perguntou sobre a iniciativa de Cabo Verde e depois sobre avaliação do ARCU-SUL, que desenvolve um processo de acreditação. A Sra. Claudia Griboski respondeu que foi realizada capacitação para os avaliadores de arquitetura e de agronomia, para dar início à avaliação a essas duas áreas no Brasil. Disse que no ARCU-SUL, a um grupo de consultores selecionados pela CONAES. Informou da abertura de formulário e da previsão de início das avaliações para Abril de 2012. Pontuou que não se farão novos editais para a seleção de cursos até que esses tenham fluído bem. Lembrou que o curso de medicina foi colocado como último a ser avaliado, por causa do debate corrente sobre a revalidação dos diplomas. Informou, também, que continua em andamento a prova para subsidiar as instituições na revalidação de diplomas de cursos de medicina. Alertou que há um decreto que está sendo elaborado com a finalidade de orientação da revalidação de diplomas em todas as áreas, não só na medicina. O Sr. Sergio Franco pontuou que devemos proceder com a seleção de cursos de medicina e odontologia e a Sra. Claudia Griboski respondeu que será preciso definir qual critério será usado para essa seleção, pois há cursos que caíram em CPC e IGC. Sugeriu que a CONAES deverá fazer um documento explicitando quais serão esses critérios e, nessa definição, identificar a CONAES, SERES e INEP como responsáveis pelo andamento do processo ARCU-SUL no Brasil. O Sr. Sergio Franco falou do problema relativo ao uso da palavra credenciamento e pediu que se enfatizasse o uso do termo "acreditação", uma vez que o credenciamento, diferentemente da acreditação, tem caráter de legalidade. Lembrou que o país mais regulado é o Brasil. Disse que

o que acontece na maioria dos lugares é a acreditação que nem sempre é um processo voluntário. A Sra. Claudia Griboski falou do acordo no âmbito do MERCOSUL que o Brasil fez no ano de 2000 que tratava de orientar sobre revalidação automática. O Sr. Sergio franco disse que o que se cria são atalhos, pois como é a universidade que faz a revalidação o processo torna-se mais rápido. Continuou remetendo-se ao ARCU-SUL, alegando a questão da necessidade de convocatória de medicina e odontologia e a questão do acompanhamento do processo nacional do processo de homologação dos cursos das áreas nas quais a acreditação já está acontecendo. Para as instituições dos cursos que já passaram pela avaliação indicou que virá o relatório e a CONAES terá que homologá-lo para então informar ao MERCOSUL. Enfatizou que a questão da revalidação automática é questão de tempo e que esta política não vai demorar muito para ser implementada. Pontuou que a Europa, no sentido legal, já resolveu esta questão. A Sra. Claudia Griboski falou sobre a proposta de alteração da legislação e o Sr. Sergio Franco respondeu que há uma discussão sobre a Lei do SINAES, indicando que hoje há uma situação um pouco diferente do que no passado, pois há uma relação com o Congresso Nacional que é muito boa. O Sr. Sergio Franco falou sobre o ciclo do SINAES e que existe certo entusiasmo pela prova, que é, na verdade, um instrumento interessante, mas que não pode ser único. Ponderou que a criação de um sistema de avaliação de educação básica com a integração à questão do ciclo do SINAES pressupõe algumas definições. Observou que já existe uma série histórica e pode-se começar com uma definição sobre o tamanho do ciclo. Afirmou que há uma lei do ENADE que estabelece que o ciclo deve ser de 3 em 3 anos, mas indagou por que em algumas áreas as aplicações não são anuais, já que está se falando de educação à distância que puxa o recredenciamento institucional. Perguntou se o período de recredenciamento continua sendo até 10 anos para a universidade e até 05 anos para o centro universitário e a faculdade. Afirmou que o ciclo de 3 anos ajudou muito a criar o compasso, mas perguntou se agora que o sistema é muito extenso, não seria o caso de ficar com ciclos reduzidos. O Sr. Robert Verhine falou sobre a ideia de um ciclo do SINAES referente a 3 ciclos do Enade, porque estava calculando que seria possível realizar um período de recredenciamento de 9 anos. A Sra. Claudia Griboski pontuou que o problema é será estabelecer o ciclo do SINAES de acordo com o fluxo dos processos. Observou que não há fechamento de prazo de análise para projetos de regulação na diligência. Não há como atender ao ciclo. O fluxo não dá conta de fazer isso em um período de apenas 3 anos. O Sr. Sergio Franco considerou que a concepção de ciclo do SINAES nasce com o Decreto 5773 e que a Lei não trata do ciclo do SINAES, mas alegou que esta foi uma evolução. Todavia, esse ciclo tem que ficar esclarecido e definido. E exemplificou que para as universidades grandes o ciclo a cada 03 anos é inviável. O Sr. Guilherme Marback Neto falou da existência do Censo, do SINAES, de indicadores novos, CPC e IGC, de indicadores de avaliação in loco, etc. O Sr. Sergio Franco lembrou que o NDE tem que ser um referencial qualitativo, que fale das características de modo geral, informando as instituições sobre a necessidade de ter determinada estrutura. Concordou que a partir desses indicadores, há que se trabalhar com o Censo. A Sra. Claudia Griboski pontuou que se o Censo atrasar em um ano, isso implicaria em atraso no processo de avaliação, principalmente a respeito do Enade. O Sr. Sergio Franco indicou que, em função do tempo, para a próxima reunião era imprescindível se debater sobre como serão definidos os papéis da SESu, SERES, INEP e CONAES no ARCU-SUL. Lembrou que os conselhos estaduais foram notificados e que estão no aguardo de uma decisão sobre a relação entre os estados e o SINAES. Afirmou que o maior provocador foi o Estado de Santa Catarina, que mandou uma proposta. A Sra. Claudia Griboski falou que foi elaborado um termo de adesão com as instituições que querem participar e que há uma tendência à padronização de acordo com o modelo já discutido com Santa Catarina e Bahia. Opinou que se existisse um instrumento da CONAES, para todos seria melhor. O Sr. Sergio Franco pontuou sobre um último item da pauta referente ao conceito da autorização do curso. Lembrou que essa foi uma discussão do ano passado, de 2011, e que a

autorização de curso gera conceito 1,2,3,4 ou 5. Alertou que isso não tem sentido e que a CONAES teria que tomar um posicionamento em relação a isso a partir de uma discussão sobre o papel da autorização. Sugeri tratar desse assunto em uma próxima reunião da CONAES e, concomitantemente, com a SERES. O Sr. **Sérgio** conclui a reunião agradecendo a presença de todos. Esta ata é assinada pelos respectivos membros da CONAES presentes à Reunião Ordinária da CONAES - Número 85.



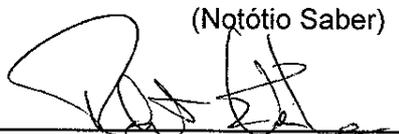
Sérgio Roberto Kieling Franco
(Presidente)

Guilherme Marback Neto
(Notório Saber)

Marcelo Knobel
(Notório Saber)



Maria Clara Kaschny Schneider
(Notório Saber)

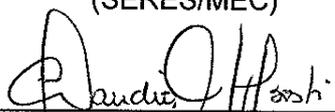


Robert Evan Verhine
(Notório Saber)

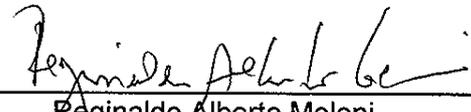
Luiz Cláudio Costa
(INEP/MEC)

Luiz Fernando Massonetto
(SERES/MEC)

Adalberto Grassi Carvalho
(CAPES/MEC)



Cláudia Marffini Griboski
(INEP/MEC)



Reginaldo Alberto Meloni
(Representante do Corpo Docente)

André Luiz Vitral Costa
Representante do Corpo Discente

Sandro Oliveira Pimentel
(Representante do Corpo Técnico
Administrativo)



ANDRÉA DE FÁRIA BARROS ANDRADE